

RELATO DE PESQUISA

Semiologia, enunciação e escrita infantil: por um novo discurso teórico sobre a aquisição da escrita

Giovane Fernandes OLIVEIRA 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

RESUMO

Este artigo relata os principais resultados de uma pesquisa que buscou introduzir um novo discurso teórico sobre a aquisição da escrita. Com base em um aparato conceitual e procedimental fundamentado pela teoria da linguagem de Émile Benveniste, foram analisados dois *corpora* de escrita infantil, oriundos do acompanhamento naturalístico, durante dois anos e seis meses, de duas crianças. As análises conduziram à caracterização de três macro-operações semiológico-enunciativas de aquisição da escrita. Na operação de deslocamento de lugar enunciativo, ocorre a passagem dos lugares de falante e de ouvinte aos lugares de escrevente e de leitor. Na operação de desdobramento do funcionamento do discurso escrito, ocorrem duas passagens: por um lado, a passagem da enunciação escrita sem implantação de alocutário explícito à enunciação escrita com explicitação de alocutário, real ou imaginado, individual ou coletivo; por outro lado, a passagem do *aqui- agora* da alocação falada à complexa rede de relações espaço-temporais desdobrada pela alocação escrita na simulação, na retomada e na projeção de acontecimentos. Na operação de discretização do aparelho formal da enunciação escrita, ocorre a passagem do reconhecimento *da* à ação *sobre* a escrita como um todo constituído de partes na relação entre o contínuo e o discreto dos níveis e das unidades linguísticas. Os resultados obtidos permitem desenhar os contornos de uma perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita e responder às grandes questões do campo: a questão da relação fala-escrita, a questão do inato e do adquirido, a questão da representação, a questão da consciência metalinguística e a questão da mudança.



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Marianne Cavalcante (UFPB)
- Alessandra Del Ré (UNESP)
- Christelle Dodane (U PARIS 3)

AVALIADO POR

- Evangelina Maria Brito de Faria (UFPB)
- Suzana Rosa de Almeida (UNIFESP)

DATAS

- Recebido: 30/10/2023
- Aceito: 12/03/2024
- Publicado: 09/09/2024

COMO CITAR

Oliveira, G. F. (2024). Semiologia, enunciação e escrita infantil: por um novo discurso teórico sobre a aquisição da escrita. *Revista da Abralín*, v. 23, n. 2, p. 660-693, 2024.

ABSTRACT

This article reports the main results of a research that sought to introduce a new theoretical discourse about writing acquisition. Based on a conceptual and procedural apparatus reasoned by Émile Benveniste's language theory, two corpora of child writing were analyzed, deriving from the naturalistic supervision of two children during two years and six months. The analyses led to the characterization of three semiologic-enunciative macro-operations of writing acquisition. In the operation of enunciative locus displacement, there is the passage from the speaker and listener's loci to writer and reader's ones. In the operation of the unfolding of written discourse functioning, there are two passages: on the one hand, the passage from the written enunciation without the implantation of an explicit interlocutor to the written enunciation with explicitation of an interlocutor, real or imaginary, individual or collective; on the other hand, the passage from the *here-now* of spoken language exchange to the complex network of space-time relations developed by written language exchange when simulating, retrieving, and projecting events. In the operation of discretization of the formal apparatus of written enunciation, there is the passage from the recognizing of to the acting upon written language as a whole made out of parts in the relation between the continuous and the discrete regarding linguistic levels and units. The obtained results allow to chart the designing of a semiologic-enunciative approach to the study of writing acquisition and also to answer to important questions of this field: the question concerning the relation spoken-written language, the question between the innate and the acquired, the question of representation, the question of meta-linguistic awareness, and the question of linguistic change.

PALAVRAS-CHAVE

Semiologia. Enunciação. Aquisição da escrita. Émile Benveniste.

KEYWORDS

Semiology. Enunciation. Writing acquisition. Émile Benveniste.

RESUMO PARA NÃO ESPECIALISTAS

Este texto relata os principais resultados de uma pesquisa que buscou produzir uma nova explicação para a aquisição da escrita. A novidade se deve à teoria que fundamentou a pesquisa, conhecida como teoria da linguagem de

Émile Benveniste, cujas características centrais são duas: o fato de que a linguagem só é linguagem porque produz sentido nas relações humanas e o fato de que o homem só é homem porque produz sentido via linguagem nas relações com seus semelhantes. Com base nessa teoria, foram analisados dados de escrita infantil de duas crianças acompanhadas durante dois anos e seis meses. A partir das análises, foi possível caracterizar quatro grandes mudanças na aquisição da escrita: (1) a mudança dos lugares de falante-ouvinte aos lugares de escrevente-leitor; (2) a mudança de uma escrita sem endereçamento a uma escrita endereçada a um leitor; (3) a mudança de uma escrita mais simples (rabiscos e desenhos) a uma escrita mais complexa (estorinhas, relatos, convites, bilhetes, cartinhas, rimas); (4) a mudança de uma leitura em voz alta a uma leitura silenciosa mais atenta e a um trabalho da criança sobre a própria escrita (trabalho centrado na comunicação com o leitor e na auto-correção de erros).

Introdução

Em texto publicado originalmente em 1968 e republicado em 1976, Eugenio Coseriu – linguista romeno que atuou durante anos no Uruguai – afirma que

a lingüística latino-americana é uma lingüística que em geral não luta pela originalidade e que não tem ambições teóricas ou metodológicas. Seu lema é absorver e aplicar, e não criar e renovar. Nos últimos anos, tem-se notado um avanço metodológico mas, a rigor, tal avanço se apóia na importação de novos métodos e não numa renovação interna da metodologia nem no desenvolvimento de métodos originais. (COSERIU, 1976 [1968], p. 30).

Como se vê, o linguista critica a inclinação da lingüística latino-americana à ciência de recepção. Inclinação marcada, segundo ele, pela tendência à absorção/aplicação de métodos (e de teorias) em detrimento da renovação ou, mesmo, da inovação metodológica (e teórica). Essa crítica de Coseriu é relativizada pelo autor ao reconhecer, nos anos anteriores ao momento em que enuncia, certo avanço metodológico. Na sequência, porém, o autor reduz um tal avanço à importação do novo que vem “de fora” em vez de uma renovação interna desse novo ou, mesmo, de uma criação original vinda “de dentro”¹.

Em texto da década seguinte, Coseriu lamenta que sua teoria sobre a mudança lingüística, divulgada em artigo publicado originalmente em espanhol, “nem sempre foi compreendida, por causa do ‘Hispanicum est, non legitur’ (É espanhol, não será lido)” (COSERIU, 1988, p. 147 *apud* MARRA, 2023,

¹ Para uma interessante discussão sobre a ideia de *ciência de recepção*, ver Batista (2023).

p. 19). Com efeito, estudiosos de sua obra indicam, como um dos fatores que explicariam a pouca difusão desta na linguística contemporânea, o fato de Coseriu ter publicado em espanhol os principais textos nos quais elabora os fundamentos de sua proposta teórica.

Por certo, seria injusto estender, à linguística brasileira atual, a crítica feita por Coseriu nos anos 1960 e 1970 – ao menos, seria injusto estendê-la sem relativizá-la. Afinal, há, em diferentes campos dos estudos linguísticos nacionais, iniciativas que buscam produzir o novo em matéria de linguagem. Restringindo-me aos campos nos quais tenho algum trânsito, não posso deixar de mencionar as teorizações de Manoel Corrêa e de Lourenço Chacon no âmbito dos estudos sobre a escrita (cf., dentre outros, CORRÊA, 2004; CHACON, 2023) e as teorizações de Cláudia de Lemos e de Carmem Luci da Costa Silva no âmbito dos estudos sobre a aquisição da linguagem (cf., dentre outros, DE LEMOS, 2002; SILVA, 2009).

Acerca da teorização aquisicional de Cláudia de Lemos, Maria Tereza Guimarães de Lemos (2002) observa que tal teorização foi produzida

em condições totalmente diferentes, a começar pela condição geográfica: foi criada no Brasil, fora do circuito Europa-Estados Unidos. Esta marginalidade foi alinhada, pela autora, à marginalidade dos próprios estudos de aquisição de linguagem em relação à ciência lingüística [...]. O caráter marginal implica mais do que um efeito imaginário de inferioridade [e] de desprestígio, pois simbolicamente representa um lugar Outro, menos vigiado pelos ideais. (M. T. G. de LEMOS, 2002, p. 185).

Em outras palavras, a dupla marginalidade (geográfica e epistemológica) teve como corolário uma certa *independência crítica* relativamente à produção internacional, em especial à *mestria de Chomsky*.

No entanto, se uma tal marginalidade tem semelhante face positiva, não é menos verdade que permanece forte sua face negativa. Ora, a despeito de sua originalidade e de sua envergadura, a teorização de Cláudia de Lemos sobre a aquisição da linguagem não parece ter, no cenário internacional, a repercussão que mereceria e que provavelmente teria se produzida no chamado Norte Global. Logo, poder-se-ia adaptar, à proposta teórica da autora, produzida em língua portuguesa, o que diz Coseriu sobre a sua própria proposta, produzida em língua espanhola: *Lusitanum est, non legitur* (“É português, não será lido”).

É, pois, mais do que pertinente o presente dossiê da Revista da ABRALIN, consagrado à visibilização dos estudos de aquisição da linguagem realizados no Sul Global. A fim de contribuir com o referido dossiê, relato, neste artigo, os principais resultados de minha pesquisa de doutoramento (OLIVEIRA, 2022)², na qual busquei sustentar a tese de que a teoria da linguagem de Émile Benveniste possibilita a formulação de um novo discurso teórico sobre o vir a ser escrevente, discurso capaz de fundamentar novas análises e novas respostas às grandes questões do campo da aquisição da escrita. A esse novo discurso teórico, chamei de **perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita**.

Segundo Auroux (2009 [1992], p. 12), “todo conhecimento é uma realidade histórica”, pois todo “saber possui, por definição, uma espessura temporal” que, a um só tempo, remete-o ao passado

² Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), orientada pela Profa. Dra. Carmem Luci da Costa Silva (UFRGS/CNPq) e defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

(horizonte de retrospectação) e o lança para o futuro (horizonte de projeção), de maneira que, “sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber”.

Em dois artigos anteriores (SILVA; OLIVEIRA; DIEDRICH, 2020; OLIVEIRA; SILVA, 2023), é focalizada a **memória** da perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita, vale dizer, o seu horizonte de retrospectação em termos de demarcação de suas principais referências teóricas. Trata-se da teoria da linguagem de Émile Benveniste (BENVENISTE, 2005 [1966], 2006 [1974], 2014 [2012]), da perspectiva aquisicional enunciativa de Carmem Luci da Costa Silva (SILVA, 2009) e da perspectiva antropológico-enunciativa de estudo da passagem de *infans* a falante de Valdir do Nascimento Flores (FLORES, 2019).

Neste artigo, o objetivo é delinear os contornos do **projeto** da perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita, ou seja, o horizonte de prospecção dessa proposta em termos de síntese do périplo teórico-metodológico-analítico que atravessei em sua elaboração.

Os dois textos anteriores autorizam-me, neste texto, a uma restrição e a uma expansão. A restrição diz respeito à não incursão detida pelas reflexões de Benveniste, de Silva e de Flores, o que foi já feito, de modo que, aqui, retomarei brevemente apenas aquilo que dessas reflexões foi essencial para eu avançar em minha própria. Por sua vez, a expansão concerne à possibilidade de, no presente artigo, ampliar a síntese da perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita, apresentada mais resumidamente em Oliveira e Silva (2023)³.

A fim de cumprir o objetivo deste texto, organizo-o em quatro seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira, apresento as coordenadas teóricas gerais que norteiam a minha proposta. Na segunda, exponho as suas coordenadas metodológicas gerais. Na terceira, sintetizo os seus principais resultados analíticos. Na quarta seção, revisito – para respondê-las a partir da perspectiva aqui delineada – as grandes questões do campo da aquisição da escrita.

1. Coordenadas teóricas gerais

Dar um nome a uma perspectiva, mais do que realizar um gesto simbólico, é assumir compromissos teóricos, assinalados pelos termos dessa nomeação, sem ignorar “o que ele[s] [contêm] de restrições para quem o[s] adota e em que ele[s] o compromete[m] a partir daí” (BENVENISTE, 2006 [1966/1967], p. 224). Que restrições e compromissos são impostos pelo nome *perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita*?

Trata-se de restrições e de compromissos ligados aos termos nucleares dessa expressão nominal: os termos *semiologia*, *enunciação* e *aquisição*. Para usarmos uma metáfora geográfica, podemos entender cada um desses termos como uma coordenada cujas linhas de intersecção são outros termos e suas respectivas conceitualizações.

³ Ainda assim, trata-se de uma síntese, centrada em proposições que são pontos de chegada de longos itinerários teóricos, metodológicos e analíticos percorridos em minha tese de doutoramento, os quais não serão aqui reconstituídos. Para a exposição na íntegra desses itinerários, ver Oliveira (2022).

Esta seção divide-se em três subseções. Na primeira (1.1.), abordo a coordenada *semiologia*, com alguns de seus termos e conceitualizações. Na segunda (1.2.), abordo a coordenada *enunciação*, também com alguns de seus termos e conceitualizações. Na terceira (1.3.), abordo a coordenada *aquisição*, igualmente com alguns de seus termos e conceitualizações.

1.1 Semiologia: significação, linguagem, língua, sociedade e cultura

Nos textos em que predominam suas teorizações sobre a linguística geral e a semiologia, Benveniste acentua o caráter antropológico e semiológico de seu pensamento. Disso, dão testemunho as concepções de significação, linguagem, língua, sociedade e cultura que podem ser derivadas de tais textos, apesar da conhecida instabilidade terminológica e conceitual destes. A seguir, apresento minha leitura dessas concepções benvenistianas.

Por **significação**, entendo uma propriedade comum à linguagem humana e às línguas naturais, a propriedade de significar, isto é, de estabelecer uma relação entre algo e algo diferente. Trata-se de uma relação de substituição em que o elemento substituto (o signo) toma o lugar do elemento substituído (o objeto significado) para, presentemente, evocá-lo em sua ausência. A propriedade da significação é a condição de possibilidade das sociedades humanas e de todas as práticas individuais e coletivas nelas sediadas, pois o homem só é homem por ser capaz de significar a si, ao outro e ao mundo.

Por **linguagem**, entendo a faculdade inerente à condição humana de simbolizar, quer dizer, de estabelecer relações de significação. Trata-se de uma capacidade universal e imutável do homem enquanto ser simbólico de produzir e de compreender formas e sentidos. Essa aptidão à simbolização é o que distingue a linguagem humana da comunicação animal, a qual é limitada ao sinal (fato físico emitido e percebido mecanicamente via função sensorio-motora – a exemplo da dança das abelhas) e privada do símbolo (fato cultural produzido e compreendido dinamicamente via função simbólica). A manifestação por excelência da faculdade da linguagem é a língua, mas tal faculdade pode igualmente se manifestar em sistemas não linguísticos (como, dentre incontáveis outros, a música, a pintura, o desenho, a escultura).

Por **língua**, entendo uma noção estratificada em três acepções, uma acepção empírica (língua como idioma histórico) e duas acepções fundamentais (língua como sistema semiológico e como atividade discursiva). Empiricamente, a língua é um idioma historicamente constituído, próprio a uma sociedade também historicamente constituída – a exemplo do português brasileiro, próprio à sociedade brasileira e à vasta heterogeneidade sociolinguística desta. Fundamentalmente, cada idioma consiste em um sistema de signos linguísticos (domínio semiótico), unidades formais de significação em número finito, mas que se prestam a infinitas combinações. Tais unidades são socialmente partilhadas e se organizam em níveis: o nível hipofonemático/hipografemático⁴, cujas

⁴ Nas definições aqui apresentadas, refiro-me, principalmente, a línguas verbais com escrita, sem, contudo, ignorar o fato de que há línguas verbais sem escrita e línguas não verbais.

unidades são os traços distintivos dos fonemas/grafemas; o nível fonemático/grafemático, cujas unidades são os fonemas/grafemas e as sílabas; o nível morfemático, cujas unidades são os morfemas e os lexemas. O sistema linguístico é atualizado em discurso a cada vez que um locutor (falante/escrevente) enuncia, sendo a enunciação a atividade discursiva (domínio semântico) que possibilita tanto a conversão dos signos em palavras sintagmatizadas em frases/discursos quanto – e conseqüentemente – as relações homem-homem e homem-mundo, sem as quais não há sociedade e cultura possíveis.

Por **sociedade**, entendo uma noção igualmente estratificada em três acepções, uma acepção empírica (sociedade como sociedade histórica) e duas acepções fundamentais (sociedade como coletividade humana e como universo particular relativamente coordenado). A primeira acepção envolve uma sociedade historicamente constituída, portanto um universo social e cultural situado no tempo histórico e no espaço geográfico, a exemplo da sociedade brasileira e das diversas sociedades em seu interior. Já a segunda acepção envolve a sociedade como coletividade humana, condição da existência dos homens e suporte da vida tanto coletiva quanto individual. Por sua vez, a terceira acepção envolve a sociedade como grupo ou classe de homens que, ao se apropriar dos termos gerais da língua e ao atribuir a estes referências específicas, constitui um universo particular relativamente coordenado no interior de um universo social e cultural mais amplo. Esse universo relativamente coordenado se particulariza tanto linguisticamente (via vocabulários especializados, estilos particulares, pronúncias específicas, modos de enunciação convencionalizados) quanto culturalmente (via laços de parentesco, de amizade, de trabalho, geográficos, etários, religiosos, políticos, identitários).

Por **cultura**, entendo um conjunto muito complexo de normas e de representações sociais (noções, prescrições, interdições, tradições, religião, leis, política, ética, artes), conjunto que configura uma expressão privilegiada da sociedade e um sistema de valores, o qual se imprime na língua e dirige o comportamento do homem em todas as suas atividades, conferindo a estas forma, sentido e conteúdo.

1.2 Enunciação: ato enunciativo, intersubjetividade, subjetividade, socialidade, referência e semantização

Nos textos em que predomina sua teorização sobre a enunciação, Benveniste acentua o caráter antropológico e discursivo de seu pensamento. Disso, dão testemunho as concepções de ato enunciativo, intersubjetividade, subjetividade, socialidade, referência e semantização depreensíveis de tais textos, embora estes sejam igualmente instáveis terminológica e conceitualmente. A seguir, apresento minha leitura dessas suas outras concepções.

Por **ato enunciativo**, entendo uma noção estratificada em duas acepções, uma acepção empírica (ato enunciativo como produção discursiva) e uma acepção fundamental (ato enunciativo como dupla instauração). Empiricamente, a enunciação é um ato de produção de discurso que atualiza o sistema linguístico em potência em cada locutor, atualização que, no caso das línguas verbais, ocorre

vocalmente ou – no caso daquelas com escrita – vocal e graficamente. Fundamentalmente, a enunciação é um ato de dupla instauração: a instauração do homem na língua (enquanto sistema e discurso) e em seu universo social e cultural e a instauração da língua e de seu universo social e cultural no homem (enquanto falante e escrevente).

Por **intersubjetividade, subjetividade, socialidade e referência**⁵, entendo noções definíveis em termos de condição e de efeito do ato enunciativo.

A intersubjetividade como condição é a intersubjetividade constitutiva, a qual é a condição do diálogo, porque logicamente anterior e necessária a toda e qualquer tomada de palavra: a enunciação é, sempre e necessariamente, a enunciação de um *eu* a um *tu*. Por sua vez, a intersubjetividade como efeito é a comunicação intersubjetiva, a qual atualiza a condição de diálogo em estrutura de diálogo, consequência pragmática da intersubjetividade constitutiva.

A subjetividade e a socialidade como condições são as capacidades do locutor de, ao enunciar, situar-se enquanto sujeito no discurso e participante na sociedade. A subjetividade e a socialidade como efeitos, por seu turno, são as posições discursivas resultantes da enunciação do locutor e que dão a ver tanto a sua constituição subjetiva quanto a sua participação social em cada *aqui-agora*.

A referência como condição é o estado de coisas no mundo que provoca a enunciação, condição que, para o locutor, define-se como a necessidade de referir pelo discurso (representar discursivamente a realidade) e que, para o alocutário, define-se como a possibilidade de correferir também pelo discurso (recriar a realidade representada no discurso do locutor). Já a referência como efeito é uma certa relação com o mundo expressa pela enunciação, consistindo na realidade discursivizada (representada-recriada) na relação locutor-alocutário.

Por **semantização**, entendo a formação do sentido em palavras por meio da diversificação e do engendramento das formas linguísticas que, ao pôr a língua em funcionamento, o locutor faz circular em seu discurso. Da semantização, é, portanto, indissociável a sintagmatização: não há produção de sentido sem combinatória léxico-gramatical.

1.3 Aquisição: aquisição da língua, instauração, locutor, sujeito, outro, diacronia, sincronia e dispositivo enunciativo

As concepções expostas nesta seção são oriundas das reflexões de Flores (2013, 2019) e, sobretudo, de Silva (2009). Todavia, trata-se de deslocamentos que opero de seus estudos, com seus objetos específicos, para o contexto de meu estudo, cuja especificidade do objeto exige – além da retomada retrospectiva do já dito – a formulação prospectiva de um novo dizer. De Flores (2013, 2019), retomo – e releio – as concepções de aquisição da língua (e não da linguagem), de locutor enquanto *homo loquens* e de sujeito enquanto sujeito da enunciação efeito de uma sintaxe enunciativa. De Silva

⁵ Para teorizações mais aprofundadas dessas concepções no âmbito da perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita, ver Oliveira (2022, 2023a, 2023b).

(2009), retomo – e releio – as concepções de aquisição como ato de instauração, de diacronia e de sincronia enunciativas, de dispositivo enunciativo e de outro.

Conceber a aquisição como sendo **aquisição da língua e não da linguagem** é uma consequência direta das concepções de linguagem e de língua anteriormente assumidas. Afinal, sendo a linguagem uma faculdade de simbolizar constitutiva do **locutor enquanto homo loquens** – e, no caso de línguas com escrita, do **locutor enquanto homo loquens scriptor**⁶ –, trata-se de uma capacidade simbólica imanente à condição humana e, portanto, já presente na criança quando de seu nascimento, ainda que não materializável linguisticamente nesse momento inicial. Logo, aquilo que realmente é adquirido é a língua enquanto idioma histórico, sistema semiológico e atividade discursiva que realizam a faculdade da linguagem em um determinado universo social e cultural. Nessa aquisição, a criança começa a enunciar e, a cada ato enunciativo, faz a **passagem de locutor a sujeito da enunciação** (efeito semântico que advém de uma sintaxe enunciativa enquanto relação singular entre sintagmatização e semantização – relação que vai se transformando semiológica e enunciativamente no tempo, na transição de uma ausência de língua para uma presença de língua).

Ademais, conceber a **aquisição como ato de instauração** é uma consequência direta da aceção fundamental antes atribuída à noção de *enunciação*. Conforme essa aceção, enunciar é não somente um ato de produção discursiva (aceção empírica), mas igualmente um ato de dupla instauração: a instauração do homem na língua (enquanto sistema e discurso) e em seu universo social e cultural e a instauração da língua e de seu universo social e cultural no homem (enquanto falante e escrevente). Essa dupla instauração – que ocorre tanto na **diacronia** da história de enunciações faladas e escritas da criança quanto na **sincronia** de cada fala e de cada escrita em ato – não é uma *creatio ex nihilo*. É um ato de enunciação e, conseqüentemente, uma relação intersubjetiva e referencial em que a subjetividade enquanto capacidade locutória, isto é, enquanto capacidade de enunciar advém da inserção e do trânsito da criança no **dispositivo enunciativo (eu-tu/ele)-ELE**, estrutura de aquisição que comporta a criança (*eu*), o alocutário (*tu*), a língua (*ele*) e a cultura de sua sociedade (*ELE*). Assim, na aquisição, o que, para a criança, apresenta-se como *alter* tem, pois, uma natureza trinitária: trata-se do outro da alocação (*tu*), do **outro** da língua enquanto sistema e discurso (*ele*) e do *outro* da cultura enquanto universo pela língua tornado significante (*ELE*).

2. Coordenadas metodológicas gerais

O campo aquisicional caracteriza-se por um duplo compromisso (SILVA, 2009): o compromisso com o teórico (o ponto de vista interno da pesquisa) e compromisso com o empírico (a fala/escrita da

⁶ O termo *homo loquens* comparece na perspectiva antropológico-enunciativa de estudo da passagem de *infans* a falante de Flores (2019). Já o termo *homo loquens scriptor* é proposto por mim, no âmbito da perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita, a partir tanto do termo de Flores (2019) quanto do termo *locutor-scriptor* – o qual figura na reflexão de Benveniste presente nas *Últimas aulas no Collège de France* (1968 e 1969). O termo *homo loquens scriptor* designa o *homem que fala e que escreve* (locutor constituído) – no caso da criança (locutor em constituição), o *homem capaz de vir a falar e a escrever*.

criança). Na seção anterior, apresentei coordenadas teóricas gerais que elaborei a fim de atender ao primeiro compromisso. Nesta seção, dividida em duas subseções – uma sobre os *corpora* (2.1.) e outra sobre as análises (2.2.) –, apresentarei coordenadas metodológicas gerais elaboradas com vistas ao atendimento do segundo compromisso.

2.1. Sobre os *corpora*

A coleta dos dados envolveu sessões naturalísticas (ocorridas em ambiente doméstico, sem controle de variáveis) e longitudinais (realizadas de uma a duas vezes por mês, ao longo de dois anos e seis meses). Participaram dessas sessões duas crianças falantes monolíngues do português brasileiro, de famílias de baixa classe média, residentes na região metropolitana de Porto Alegre (Rio Grande do Sul/Brasil). Uma criança, Helena (HEL), foi acompanhada antes do ciclo da alfabetização (dos três anos e três meses aos cinco anos e nove meses). A outra criança, Emanuel (EMA), foi acompanhada durante o ciclo da alfabetização (dos seis anos e três meses aos oito anos e nove meses). Foram coletados dados de natureza tanto gráfica quanto audiovisual, pois, mais do que o produto (o enunciado “escrito” e “lido”), interessava investigar o processo (a produção de “escrita” e de “leitura”, que igualmente implica a produção de fala e de escuta sobre esse “escrever” e sobre esse “ler”). Dessa forma, o material empírico proveniente da coleta inclui registros filmicos (gravações em áudio e em vídeo) e registros escritos (produções gráficas variadas – rabiscos, desenhos, estorinhas, relatos, convites, bilhetes, cartinhas, rimas).

2.2. Sobre as análises

O material empírico caracterizado na subseção anterior foi submetido a um processo de tratamento metodológico que envolveu o armazenamento dos dados em fontes tanto físicas quanto digitais, o visionamento na íntegra da filmagem de cada sessão de coleta e o cotejo desse registro audiovisual com os registros gráficos produzidos na mesma sessão, bem como a seleção e a transcrição de segmentos desses registros eleitos para análise. Tal tratamento dos *corpora* resultou no **recorte enunciativo** como unidade de análise desdobrada em dois planos enunciativos: (a) o plano da alocação falada-escrita, vinculado à situação em que a criança, na relação com o outro da alocação falada e – quando explicitado – com o outro da alocação escrita (intersubjetividade), produz fala/escuta e escrita/leitura sobre um tema específico (referência); (b) o plano do enunciado escrito, relativo ao discurso graficamente produzido pela criança na alocação falada-escrita. Eis um exemplo de recorte assim configurado⁷:

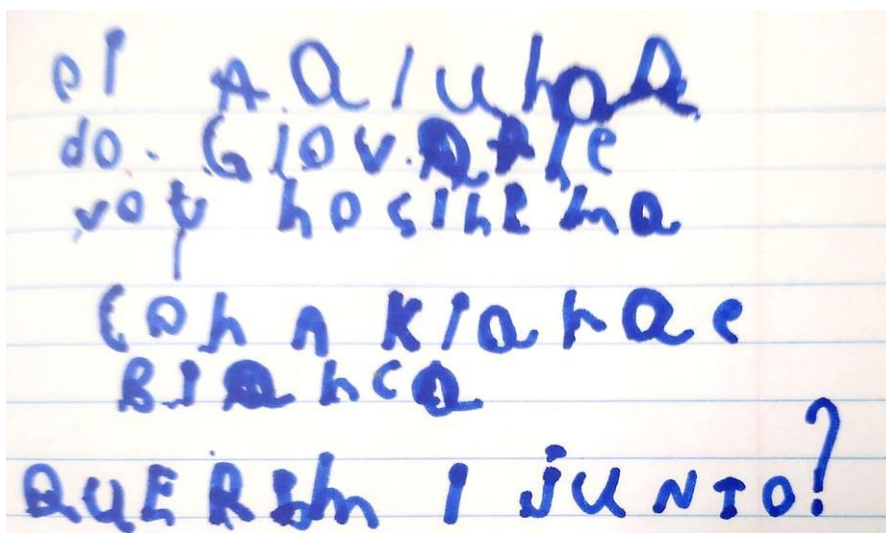
⁷ O recorte a seguir é apenas um exemplo dos muitos recortes analisados em Oliveira (2022). Na seção seguinte, os resultados apresentados concernem às análises do conjunto dos recortes.

Recorte enunciativo 1a – Alocução falada-escrita

Idade da criança: 7;4.14.
Data da sessão: 28/07/2019 (sessão 15).
Participantes: EMA (criança); GIO (investigador); BIA (sobrinha, de 10 anos); KIA (prima, de 10 anos).
Situação: EMA está na cozinha de sua casa, sentado à mesa junto com BIA e com KIA. GIO propõe que EMA escreva algo aos seus alunos.

EMA: eu queria fazê imendado
 GIO: imendado? ahh, então tááá! joia
 EMA: mais eu eu não sei ainda
 Com: Todos riem.
 GIO: não sabe ainda? [= ri]
 BIA: ele queria fazê mas ele não sabe
 GIO: não sabe ainda? então faz solto!

Recorte enunciativo 1b – Enunciado escrito



Fonte: *Corpus* de Emanuel

Vale ressaltar que a coleta e o tratamento dos dados não aconteceram após a elaboração do aparato conceitual esboçado, em suas coordenadas gerais, na seção anterior. Tratou-se, antes, de um processo cíclico e intermitente de reflexão filosófica, de investigação experimental⁸ e de elaboração teórica (termos de FRANCHI, 2011 [1977]), processo marcado por idas e vindas que conduziram a formulações e a reformulações constantes dos conceitos e dos procedimentos. Nesse trânsito entre teoria e empiria, após o término dos trinta meses de coleta, uma análise preliminar dos dois corpora levou-me a propor três macro-operações semiológico-enunciativas como explicativas da trajetória inicial da criança pela escrita:

⁸ Por *investigação experimental*, deve-se entender, aqui, *pesquisa de campo* e não *modo de coleta experimental*.

- (i) **A operação de deslocamento de lugar enunciativo.**
- (ii) **A operação de desdobramento do funcionamento do discurso escrito.**
- (iii) **A operação de discretização do aparelho formal da enunciação escrita.**

Com base nessas macro-operações como “esquemas funcionais de alcance geral” (FENOGLIO, 2017, p. 290), o desafio passou a ser demonstrar a pertinência dos três construtos teórico-metodológicos, o que exigiu a delimitação de procedimentos de organização e de operacionalização das análises. Para tanto, as análises relativas a cada macro-operação foram organizadas em dois tempos metodológicos: o primeiro tempo foi operacionalizado pela **descrição** de micro-operações específicas de cada *corpus*, enquanto o segundo tempo foi operacionalizado pela **explicação** da macro-operação geral que abrigava as micro-operações.

Embora tenham sido analisados dois *corpora*, não se tratou de uma análise transversal e contrastiva entre eles, mas sim de uma análise longitudinal de dados singulares de duas crianças em períodos diferentes de seu percurso inicial pela escrita. Desse modo, os dados de Helena e de Emanuel não foram comparados em termos de semelhanças e de diferenças, pois, em uma investigação longitudinal da trajetória linguística de cada criança, comparações podem ser feitas apenas entre dados seus, em distintos momentos dessa sua trajetória.

Do ponto de vista de aproximações entre os dois *corpora*, o que foi possível verificar foram micro-operações semiológico-enunciativas que, ainda que singulares para cada criança, puderam ser agrupadas nas três macro-operações semiológico-enunciativas. Em outras palavras, no primeiro tempo metodológico, cada *corpus* foi examinado individualmente, mas, no segundo tempo metodológico, o exame dos dois *corpora* foi reposicionado em uma perspectiva global de interpretação.

3. As macro-operações semiológico-enunciativas de aquisição da escrita

Esta seção divide-se em três subseções. Na primeira (3.1), sintetizo os resultados analíticos vinculados à operação de deslocamento de lugar enunciativo. Na segunda (3.2.), sintetizo os resultados analíticos vinculados à operação de desdobramento do funcionamento do discurso escrito. Na terceira (3.3.), sintetizo os resultados analíticos vinculados à operação de discretização do aparelho formal da enunciação escrita.

3.1. A operação de deslocamento de lugar enunciativo

No âmbito desta primeira macro-operação, foram analisadas doze micro-operações.

Quanto ao *corpus* de Helena, trata-se das seguintes micro-operações:

- I – Convocação da criança pelo outro para que preencha o lugar coenunciativo de leitor
- II – Convocação da criança pelo outro para que preencha o lugar enunciativo de escrevente
- III – Apresentação, à criança e pelo outro, de artefatos e modos próprios à enunciação escrita
- IV – Apresentação, à criança e pelo outro, da letra inicial do nome próprio dela
- V – Alternância, pela criança, de atitude de locutor em relação ao preenchimento dos lugares de leitor e de escrevente
- VI – Manejo, pela criança, de artefatos e modos próprios à enunciação escrita
- VII – Tentativa de produção, pela criança, das letras iniciais de seu nome próprio

Quanto ao *corpus* de Emanuel, trata-se das seguintes micro-operações:

- I – Convocação da criança pelo outro para que preencha o lugar coenunciativo de leitor
- II – Convocação da criança pelo outro para que preencha o lugar enunciativo de escrevente
- III – Projeção da escuta da criança sobre a sua escrita na grafia de seu nome próprio
- IV – Preenchimento, pela criança, do lugar coenunciativo de leitor via atualização tanto de uma memória de experiência leitora quanto de uma leitura em voz alta e silabada
- V – Preenchimento, pela criança, do lugar enunciativo de escrevente via trânsito entre distintos lugares (co)enunciativos

No cerne desta primeira macro-operação, estão a **relação locutor-língua** e o **mecanismo da (inter)subjetividade**. Em termos enunciativos, “A relação do locutor com a língua determina os caracteres lingüísticos da enunciação”, ato que “introduz aquele que fala [e que escreve] em sua fala [e em sua escrita]” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 82-84), ou, no caso da escuta e da leitura, ato que introduz aquele que escuta e que lê na fala e na escrita do outro – seja esse outro um outro falante e escrevente ou ele próprio, quando se escuta e se lê. Em termos semiológicos, o locutor vai se tornando, sob o efeito da ação da escrita, sensível ao fato de que “formou uma frase [ou de que lê uma frase por outro formada], de que ele a objetiva, de que a destaca da mensagem que ela carrega, e de que toma a iniciativa de reconhecer e isolar suas palavras” (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 148). Cada um desses dois ângulos (o enunciativo e o semiológico) de exame da relação locutor-língua permite identificar, na aquisição da escrita, um distinto acionamento do mecanismo da (inter)subjetividade.

Esse mecanismo é enunciativamente acionado quando o outro (um já escrevente-leitor) convoca a criança a preencher o lugar enunciativo de escrevente e o lugar coenunciativo de leitor. Assim, não diferentemente do que se passa no preenchimento, pela criança, dos lugares de fala e de escuta (SILVA, 2009), o seu preenchimento dos lugares de escrita e de leitura está na dependência do alocutário, o qual lhe

insere e sustenta na estrutura (*eu-tu/ele*)-*ELE* antes de ela própria poder nesta sustentar-se de fato. Insere-a, pois a convoca a enunciar – seja via leitura, seja via escrita – no interior de tal estrutura, agora reconfigurada por essa forma outra de a língua se materializar que é a realização gráfica. Sustenta-a, pois chancela seus atos de “escrever” e de “ler” como atos enunciativos, ainda que, de início, esses atos resultem em grafismos indistintos, em embriões de letras ou, ainda, em simulações de leitura. Por isso, antes de situar-se enquanto leitora e escrevente, a criança é pelo outro situada enquanto tal, o que torna o acionamento enunciativo do mecanismo da **subjetividade** dependente do acionamento também enunciativo do mecanismo da **intersubjetividade constitutiva**.

Já o acionamento semiológico do mecanismo da subjetividade impõe, à criança, duas grandes abstrações linguísticas: a **abstração discursiva** e a **abstração sistêmica**. Na abstração discursiva, “o locutor deve se desprender da representação que tem instintivamente do falar enquanto atividade, enquanto exteriorização de seus pensamentos, enquanto comunicação viva” (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 129), desprendimento necessário para que possa “objetivar’ o dado linguístico” (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 131). Tal objetivação é justamente a abstração sistêmica, na qual a mensagem escrita e/ou lida desaparece enquanto tal. Isso porque o locutor dela destaca a frase como totalidade formada por segmentos, cujo reconhecimento e cujo isolamento lhe são desafios por lhe exigirem não somente um desprendimento da riqueza contextual do falar, mas igualmente um confronto com a estrutura opaca da língua “representada em imagens materiais”: “Da palavra ao desenho da palavra realiza-se um salto imenso, do falar à imagem simbólica do falar” (BENVENISTE, 2014 [2012/1969], p. 131). A abstração discursiva, ou seja, a abstração tanto do outro da alocação falada quanto dessa própria alocação é, então, a base da abstração sistêmica, isto é, da abstração da escrita como um todo constituído de partes. Juntas, essas duas abstrações linguísticas acionam, semiologicamente, o mecanismo da subjetividade na aquisição da escrita, tornando possível que a criança advenha como sujeito da enunciação escrita.

Assim, o primeiro acionamento (o enunciativo) do mecanismo da (inter)subjetividade coloca em cena a **conjunção eu-tu** – caracterizada pela convocação da criança pelo outro para que, na estrutura enunciativa, ela preencha os lugares de escrevente e de leitor. Por seu turno, o segundo acionamento (o semiológico) desse mecanismo põe em destaque a **disjunção eu/tu** – caracterizada tanto pela abstração discursiva como desprendimento do outro da alocação falada e dessa própria alocação quanto pela abstração sistêmica como reconhecimento da estrutura formal de base da materialidade gráfica, dupla abstração linguística cuja consequência é a suspensão temporária do funcionamento intersubjetivo e referencial do discurso.

A **mudança geral** identificável no interior desta primeira macro-operação semiológico-enunciativa de aquisição da escrita – a operação de deslocamento de lugar enunciativo – envolve uma passagem dos lugares de falante e de ouvinte aos lugares de escrevente e de leitor e, simultaneamente, um trânsito entre tais lugares.

A **lógica explicativa** dessa grande mudança pode ser assim formulada:

Na aquisição da escrita, convocada pelo outro da alocação falada (conjunção eu-tu), mas também fazendo abstração desse outro e dessa alocação (disjunção eu/tu), a criança começa a ser inserida e a inserir-se na estrutura enunciativa e na estrutura semiológica da língua em sua realização gráfica, deslocando-se tanto de X a Y quanto entre X e Y, em que

- *X representa o lugar enunciativo de falante e o lugar coenunciativo de ouvinte e*
- *Y representa o lugar enunciativo de escrevente e o lugar coenunciativo de leitor.*

3.2. A operação de desdobramento do funcionamento do discurso escrito

No âmbito desta segunda macro-operação, foram analisadas doze micro-operações.

Quanto ao *corpus* de Helena, trata-se das seguintes micro-operações:

- I – Assunção, pela criança, e atribuição, ao outro da alocação falada, de diferentes papéis figurativos via simulação de leitura em voz alta
- II – Circulação, pelo mesmo enunciado escrito, de representações icônicas e de representações linguísticas produzidas tanto pela criança quanto pelo outro da alocação falada
- III – Pregnância tanto da situação imediata de enunciação quanto da letra inicial do nome próprio na grafia de nomes alheios e na legendagem de desenhos
- IV – Deslizamento, pela criança, da letra ao rabisco na passagem da grafia do nome próprio à grafia de um nome alheio

Quanto ao *corpus* de Emanuel, trata-se das seguintes micro-operações:

- I – Legendagem de desenhos não destinados a um alocutário explícito
- II – Representação gráfica de um mesmo referente via iconização e verbalização
- III – Implantação, no enunciado escrito, de alocutário real e individual
- IV – Implantação, no enunciado escrito, de alocutário imaginado
- V – Implantação, no enunciado escrito, de alocutário coletivo
- VI – Simulação, via estória escrita, de acontecimento fictício
- VII – Retomada, via relato escrito, de acontecimento passado
- VIII – Projeção, via carta escrita, de acontecimento futuro

No cerne desta segunda macro-operação, estão as **relações locutor-alocutário/alocução-mundo** e o **mecanismo do duplo funcionamento discursivo**. Na seção anterior, abordamos o papel fundante desempenhado pela intersubjetividade constitutiva no vir a ser escrevente. Nesta seção, trataremos do papel igualmente fundante que desempenham, nesse percurso linguístico da criança, a comunicação intersubjetiva e a referência tanto como condição quanto como efeito.

Na aquisição da escrita, não há, desde sempre, uma comunicação intersubjetiva via enunciação escrita. Essa comunicação está na dependência do preenchimento, pela criança, do lugar enunciativo de escrevente. Todavia, como vimos, esse preenchimento depende, ele próprio, de outras condições, como o acionamento enunciativo e o acionamento semiológico do mecanismo da (inter)subjetividade. Se, em uma relação muito inicial da criança com a escrita e com a leitura, há alguma comunicação intersubjetiva, esta não é senão aquela estabelecida via enunciação falada com o outro presente no *aqui-agora*. Por que, então, o recorte que transcreve instanciações dessa comunicação é aqui rotulado como recorte da “alocução falada-escrita”? Ora, mesmo nos recortes em que não há atos propriamente ditos de escrever e de ler alfabeticamente, a fala e a escuta são constituídas e atravessadas pela escrita e pela leitura, ainda que tais constituição e atravessamento se mostrem em simulações desses atos.

Contudo, a mera presença de signos gráficos – sejam signos icônicos, sejam signos linguísticos – não é garantia do estabelecimento de uma comunicação intersubjetiva via enunciação escrita. Isso porque as duas grandes abstrações linguísticas (a discursiva e a sistêmica) são condições necessárias, mas não suficientes para a aquisição da escrita. Necessárias, pois, sem elas, a criança não consegue deslocar-se dos lugares de falante e de ouvinte aos lugares de escrevente e de leitor. Não suficientes, pois somente tais abstrações não bastam para essa aquisição. Afinal, se preciso é suspender temporariamente os fatores interlocutivos e contextuais a fim de objetivar o dado linguístico, esses fatores devem ser novamente acionados quando, após a objetivação da língua via escrita estiver mais estabilizada, a alocução voltar a ser condição principal – enquanto matriz dialógica e referencial – e efeito esperado – enquanto comunicação intersubjetiva e consequência pragmática da enunciação.

Tal parece ser o passo além pela criança dado – ainda que sob a convocação do **outro presente no aqui-agora** – quando passa a implantar um **outro ausente no aqui-agora**, “qualquer que seja o grau de presença que [ela] atribua a esse outro” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 84): trata-se de um alocutário que é ora real e individual, ora imaginado, ora coletivo. Assim, na aquisição da escrita, a acentuação de uma relação discursiva entre uma figura *eu* e uma figura *tu* é mais uma condição da comunicação intersubjetiva (estrutura de diálogo) enquanto atualização da intersubjetividade constitutiva (condição de diálogo).

A segunda macro-operação semiológico-enunciativa de aquisição da escrita analisada – a operação de desdobramento do funcionamento do discurso escrito – permite identificar duas **mudanças gerais**, sendo a primeira de caráter intersubjetivo: a passagem de uma enunciação escrita sem implantação de alocutário explícito a uma enunciação escrita com explicitação de alocutário, qualquer que seja o grau de presença a ele atribuído.

A **lógica explicativa** dessa grande mudança pode ser assim formulada:

Na aquisição da escrita, com a estabilização da objetivação gráfica da língua e com a atualização da condição de diálogo em estruturas de diálogo, o funcionamento intersubjetivo do discurso escrito desdobra-se, o que permite à criança passar de X a Y, em que

- X representa a enunciação escrita sem implantação de alocutário explícito e
- Y representa a enunciação escrita com explicitação de alocutário, real ou imaginado, individual ou coletivo.

Outra condição da comunicação intersubjetiva via enunciação escrita é a referência como necessidade do locutor (escrevente) de **referir** pelo discurso e como possibilidade do alocutário (leitor) de **correferir** também discursivamente. Logo, se “A referência é parte integrante da enunciação” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 84), trata-se de uma integração que pode ser examinada sob dois ângulos: um *a priori* e outro *a posteriori*. Da referência como condição (*a priori*), são demonstrativos todos os recortes das alocações faladas-escritas enquanto situações de discurso que provocam as enunciações escritas da criança. Da referência como efeito (*a posteriori*), são demonstrativos todos os recortes dos enunciados escritos que, produzidos em determinadas situações enunciativas (aquelas registradas nas filmagens), configuram outras situações enunciativas (as realidades discursivizadas graficamente).

No entanto, na trajetória da criança de não escrevente a escrevente, não há, desde sempre, uma discursivização gráfica do real. Antes de as primeiras letras e combinações de letras comparecerem na escrita infantil, nesta, predominam, os **rabiscos** (traços gráficos indistintos) e os **ícones** (traços gráficos distinguíveis como desenhos). Porém, as mudanças do rabisco ao ícone e à letra não consistem em transições de um estágio a outro: trata-se, antes, de diferentes formas gráficas que se alternam e mesmo se mesclam na escrita inicial. As transformações entre essas distintas materialidades gráficas (traços indiferenciados, no caso dos rabiscos; traços que vão se diferenciando, no caso dos signos icônicos e dos signos linguísticos), assim como a dominância que os grafemas e a sua combinatória passam a ter na escrita da criança, são solidárias ao reconhecimento, por parte desta, de duas características da escrita por ela já reconhecidas na fala.

Trata-se do reconhecimento (inconsciente) do “caráter evidentemente não necessário, imotivado, do elo que une o signo à coisa significada” e do “caráter ‘relativo’ do valor [linguístico]” (BENVENISTE, 2005 [1939], p. 58-59, *itálico e aspas do original, acréscimo meu*). Tal valor é relativo (relacional) porque produto das **relações de diferenças e de oposições** tanto do signo relativamente aos demais signos do sistema quanto – dada a natureza da escrita alfabética – dos significantes fônicos relativamente aos significantes gráficos e destes relativamente àqueles. Esse duplo reconhecimento – do caráter contingente (porque imotivado em termos referenciais) da relação signo-objeto e do caráter necessário (porque motivado em termos sistêmicos) das relações signo-signo e significante-significante – opera como que um “corte” na relação da criança com o *eikon*, o “ícone”, impondo-lhe a *littera*, a “letra” como base significante da língua em sua realização gráfica, como material necessário da enunciação escrita: “A escrita tem,

portanto, como base necessária, o *traço do signo individual mínimo na ordem semiótica*” (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 156, itálicos do original).

Assim, é na literalização da escrita que a **representação icônica** se transforma em **representação linguística**. Isso porque o desenho não contém a língua em sua realização gráfica, não contém uma organização de níveis e de unidades que, articulados e discretizados graficamente, possam produzir formas, sentidos e referências não submetidos quer à pregnância física da situação imediata de enunciação, quer à pregnância visual de um referente iconizado globalmente. O que o desenho representa é, pois, o *ontos* e não o *logos*, o objeto do discurso e não o discurso enquanto atualização do sistema linguístico.

Para que essa transformação do icônico no linguístico tenha lugar, a escrita precisa “muda[r] de função: de instrumento para iconizar o real, ou seja, o *referente*, a partir do discurso, ela se torna, pouco a pouco, o meio de representar o próprio discurso, logo os elementos do discurso, logo os elementos desses elementos (sons/letras)” (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 157). Trata-se da **autossemiotização da língua** enquanto objetivação formal da substância linguística na retomada/retransmissão, pela escrita, dos signos da fala. Tal é a condição de possibilidade da **autorreferência da enunciação escrita** enquanto relação entre língua e realidade (re)produzida discursiva e dialeticamente pela criança enquanto falante-escrevente de sua língua materna e participante da sociedade que fala-escreve essa língua.

Essas duas representações linguísticas – a autossemiotização como representação semiológica fala-escrita e a autorreferência como representação enunciativa língua-realidade – assinalam a instalação de “uma grafia que [reproduz] a fonia e, portanto, uma grafia que [compõe] um número limitado de signos” (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 141). Tal instalação torna possível que o pequeno escrevente passe do princípio icônico ao princípio alfabético e, apenas com um repertório finito de grafemas e com as regras que governam o arranjo formal destes, possa produzir enunciados escritos com potencial ilimitado de conteúdos. Nessa passagem de um princípio a outro, os modos de enunciação escrita vão se complexificando em termos tanto de **relações espaciais e temporais** (no caso dos acontecimentos simulados, retomados e projetados) quanto – como vimos – de **relações pessoais** (no caso da implantação de alocutários reais ou imaginados, individuais ou coletivos).

Tal passagem do desenho à letra consiste na passagem de uma **referência mostrada** a uma **referência constituída no discurso**. A referência mostrada caracteriza-se, na fala em estado nascente, pela dominância da dêixis (SILVA, 2009; OLIVEIRA, 2020) e, na escrita em estado nascente, pela dominância do ícone. Já a referência constituída discursivamente caracteriza-se, na fala e na escrita infantis mais estabelecidas, pelo desprendimento da situação imediata de enunciação e pela sustentação de um “jogo temporal retrospectivo e prospectivo”, mas também imaginativo, “jogo temporal [que] envolve a percepção da não-coincidência entre o acontecimento e o discurso”, bem como “a organização dos acontecimentos passados e futuros [e simulados] e a constituição de referências intradiscursivamente [...] por meio [do] presente em que [a criança] se enuncia como *eu*” (SILVA, 2009, p. 269, itálico do original).

A segunda macro-operação semiológico-enunciativa de aquisição da escrita analisada – a operação de desdobramento do funcionamento do discurso escrito – permite identificar outra **mudança geral**, desta vez de caráter referencial: a passagem do *aqui- agora* da alocação falada à complexa rede de relações espaço-temporais desdobrada pela alocação escrita.

A **lógica explicativa** dessa grande mudança pode ser assim formulada:

Na aquisição da escrita, com a instalação de uma grafia que reproduz a fonia a partir da autossemiotização enquanto representação semiológica fala-escrita e da autorreferência enquanto representação enunciativa língua-realidade, o funcionamento referencial do discurso escrito desdobra-se, o que permite à criança passar de X a Y, em que

- *X representa o aqui- agora da alocação falada e*
- *Y representa a complexa rede de relações espaço-temporais desdobrada pela alocação escrita na simulação, na retomada e na projeção de acontecimentos.*

3.3. A operação de discretização do aparelho formal da enunciação escrita

No âmbito desta terceira macro-operação, foram analisadas oito micro-operações.

Quanto ao *corpus* de Helena, trata-se das seguintes micro-operações:

I – Reconhecimento, pela criança, de outras letras de seu nome próprio, de letras alheias a este e de letras nele ausentes

II – Redução do repertório grafemático a partir da fixação da série alfabética

Quanto ao *corpus* de Emanuel, trata-se das seguintes micro-operações:

I – Reconhecimento, pela criança, de não coincidências entre a sua escrita e a escrita do outro, bem como entre a sua escrita e a fala do outro

II – Reconhecimento, pela criança, da possibilidade de uma mesma unidade grafemática⁹ ser atualizada em diferentes formatos tipográficos

III – Dissociação e integração da unidade silábica e de seus constituintes intrassilábicos na conversão fonema-grafema

IV – Seleção de unidades linguísticas de diferentes níveis na sintagmatização do discurso escrito a partir de relações distribucionais e de relações integrativas

V – Sintagmatização de palavras no discurso escrito como globalidade enunciativa produzida com vistas ao desencadeamento de efeitos de sentido e referência relativamente deliberados

⁹ Os termos *unidade fonemática* e *unidade grafemática* equivalem, aqui, aos termos *fonema* e *grafema*, enquanto o termo *unidade gráfica* se refere não só ao grafema, mas também a unidades superiores (sílabas, morfemas, lexemas).

VI – Ressintagmatização de unidades gráficas a partir do reconhecimento tanto de outras possibilidades de atualizá-las quanto de erros em sua atualização

No cerne desta terceira macro-operação, estão a **relação língua-locutor** e o **mecanismo da autossemitização da língua**, os quais colocam em cena processos mais complexos do ponto de vista enunciativo e, sobretudo, do ponto de vista semiológico. O primeiro processo é o de **objetivação formal**, em que a língua, ao voltar-se sobre si mesma, autossemitiza-se, sendo “[a] escrita o instrumento e a manifestação do processo de autossemitização da língua” (BENVENISTE in LAPLANTINE, 2013, s/p.). Já o segundo processo é o de **descrição metalinguística**, em que a língua, ao voltar-se sobre si mesma, “é capaz de se tomar, [ela] própria, como objeto” e de “se descrever em seus próprios termos” (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 120). Por sua vez, o terceiro processo é o de **observação**, em que o locutor, ao voltar-se sobre a língua, pode atualizar as seguintes capacidades locutórias:

- (i) o reconhecimento e a compreensão como, respectivamente, as capacidades “de perceber a identidade entre o anterior e o atual, de uma parte, e [...] de perceber a significação de uma enunciação nova, de outra” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 66);
- (ii) “a decomposição da unidade de língua; portanto, a possibilidade de considerar a língua como forma, como independente daquilo que ela comunica” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 148, nota de ouvinte);
- (iii) a criação de “um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar proposições significantes sobre a significância” (BENVENISTE, 1974 [1969], p. 65).

Desses processos de objetivação, de descrição e de observação¹⁰, dão testemunho as micro-operações de aquisição da escrita vinculadas à terceira macro-operação – a de discretização do aparelho formal da enunciação escrita. Mas o que diferencia esta da primeira macro-operação – a de deslocamento de lugar enunciativo? Em ambas, não há tanto uma relação da criança com a escrita como uma totalidade formada por segmentos quanto um foco maior na forma do que no sentido e na referência? Ora, se, na primeira macro-operação, o que está em causa é a inserção da criança nas estruturas enunciativa e semiológica da língua em sua realização gráfica, na terceira macro-operação, a criança – já inserida nessas duas estruturas e mais mergulhada na estrutura enunciativa (devido à segunda macro-operação, a de desdobramento do funcionamento do discurso escrito), mergulha na estrutura semiológica. Ademais, se a primeira macro-operação caracteriza-se pela **relação locutor-língua** – visto nela vermos o deslocamento que leva um *homo loquens* a preencher novos lugares de enunciação e de coenunciação na/da língua –, a terceira macro-operação caracteriza-se

¹⁰ Esses processos mais gerais instanciam-se em processos mais específicos de discretização de unidades, abordados na sequência desta subseção: trata-se dos processos de **redução**, de **distribuição**, de **integração** e de **dissociação**.

pela **relação língua-locutor**, na qual os polos da relação se invertem e vemos um *homo loquens scriptor* sob os efeitos mais incisivos da ação linguística.

Tais efeitos são responsáveis não só por um reconhecimento da globalidade gráfica e de seus componentes (reconhecimento que rebenta na primeira macro-operação e que se cristaliza nesta terceira), mas também por uma ação do locutor sobre tais globalidade e componentes. Por *globalidade gráfica*, deve-se entender a escrita tanto em sua dimensão sistêmica quanto em sua dimensão discursiva, dimensões que, agindo sobre o pequeno escrevente, possibilitam que este sobre elas também aja em alguma medida. Essa ação, entretanto, não faz ver senão o enredamento da criança pela rede alfabética, enredamento que, de um lado, é conseqüente à necessária **redução** do repertório de signos gráficos de sua língua materna e que, de outro lado, tem por conseqüência a **obliteração** tanto dos grafismos indistintos (rabiscos) quanto dos grafismos distinguíveis apenas iconicamente (desenhos), os quais imperam na aurora da escrita infantil. Da ausência de representação gráfica via rabisco à representação gráfica da língua via letra, passando pela representação gráfica do mundo via ícone, acompanhamos a trajetória de uma escrita que, para se semiotizar como a escrita de uma língua, necessita se submeter à “etapa decisiva da redução do número de signos gráficos” (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 142, nota de ouvinte).

Em sua dimensão sistêmica, então, a escrita se estabelece como um todo constituído de partes mediante uma remodelagem semiológica do sistema linguístico, a qual nele introduz um inventário de novas unidades e o seu algoritmo combinatório. Tal introdução passa por dois processos capitais: além da redução do número de signos gráficos mínimos (grafemas e seus traços distintivos), a **distribuição** destes no sistema. A noção de *distribuição* aqui evocada é aquela de Benveniste: “[...] nada nos permitiria definir a distribuição de um fonema [e de um grafema], as suas latitudes combinatórias de ordem sintagmática e paradigmática, portanto a realidade mesma do fonema [e do grafema], se não nos referíssemos sempre a uma *unidade particular* do nível superior que o contém” (BENVENISTE, 1966 [1962/1964], p. 123, itálicos do original, acréscimo meu).

Tal distribuição preside tanto as relações entre os signos gráficos mínimos – nos níveis hipografemático e grafemático – quanto as suas correspondências com os signos fônicos mínimos (fonemas e seus traços distintivos) – unidades dos níveis correlatos, o hipofonemático e o fonemático. Introduzidos e distribuídos sistemicamente, os grafemas se prestam à ação do locutor sobre a dimensão discursiva, na qual são por ele integrados a unidades superiores – sílabas, morfemas, lexemas –, resultando essa **integração** em frases/discursos dotados de sentido e de referência. Também a noção de *integração* aqui mobilizada é uma noção benvenistiana: “O *sentido* de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior” (BENVENISTE, 2005 [1962/1964], p. 135-136, itálico do original).

Além da redução do repertório de unidades grafemáticas, da distribuição destas no sistema e da sua integração no discurso, outro processo fundamental é o de **dissociação**, noção aqui igualmente entendida nos termos de Benveniste: “A *forma* de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior” (BENVENISTE, 2005 [1962/1964], p. 135-136, itálico do original). Ao passo que a integração de uma unidade em uma unidade de nível superior

conduz (em uma direção ascendente) ao sentido e à referência, a dissociação de uma unidade em constituintes de nível inferior leva (em uma direção descendente) à forma. Na aquisição da escrita, essa dissociação impõe-se à criança, por um lado, na conversão fonema-grafema (no ato enunciativo de escrita) e, por outro lado, na conversão grafema-fonema (no ato coenunciativo de leitura). Porém, se a dissociação da sílaba em seus constituintes intrassilábicos é **condição** da configuração da escrita infantil como uma escrita de base alfabética, tal dissociação é também – e sobretudo – **efeito** da escrita constituída e da ação desta sobre a criança nas diferentes práticas sociais das quais participa ela no interior de universos particulares relativamente coordenados.

Logo, a ação da língua em sua realização gráfica sobre a criança a direciona ao reconhecimento da restrição do inventário grafemático, ao estabelecimento das relações tanto distribucionais quanto integrativas das unidades gráficas e à dissociação destas em constituintes de nível inferior. Além desses efeitos mais semiológicos, a ação linguística igualmente produz, na criança, efeitos mais enunciativos, como o reconhecimento das não coincidências entre a sua escrita e a escrita/fala do outro, bem como a sintagmatização de seu discurso escrito com vistas à comunicação e a resintagmatização desse discurso com vistas à autocorreção.

Tais efeitos semiológicos e enunciativos consolidam o deslocamento entre o lugar enunciativo de escrevente e o lugar coenunciativo de leitor. Se esse deslocamento ocorre desde a primeira macro-operação, é nesta terceira macro-operação que o trânsito entre os dois lugares passa a ser sustentado, pela criança, de maneira relativamente independente. Na sustentação desse trânsito escrita-leitura, a leitura silenciosa assoma em relação à leitura em voz alta e o **monólogo**, em relação ao **diálogo**. O “monólogo” é aqui concebido como “um diálogo interiorizado, formulado em ‘linguagem interior’, entre um eu locutor [falante ou escrevente] e um eu ouvinte [ou leitor]” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 88, aspas do original, acréscimos meus). Na aquisição da escrita, nessa “transposição do diálogo em ‘monólogo’, onde EGO ou se divide em dois, ou assume dois papéis” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 88, aspas do original), a criança enquanto locutor desdobra-se entre um sujeito da enunciação que advém do ato enunciativo de escrita e um sujeito da enunciação que advém do ato (co)nunciativo de leitura.

A **mudança geral** identificável no interior desta terceira macro-operação semiológico-enunciativa de aquisição da escrita analisada – a operação de discretização do aparelho formal da enunciação escrita – envolve uma passagem do reconhecimento *da* à ação *sobre* a escrita como um todo constituído de partes.

A **lógica explicativa** dessa grande mudança pode ser assim formulada:

Na aquisição da escrita, sob o efeito da ação da língua enquanto sistema de signos e discurso escrito que remodela semiologicamente esse sistema, a criança enquanto escrevente e leitora passa de X a Y, em que

- *X representa o reconhecimento da e*
- *Y representa a ação sobre a escrita como um todo constituído de partes na relação entre o contínuo e o discreto dos níveis e das unidades linguísticas.*

Em síntese, se, na primeira macro-operação, a relação locutor-língua dá-se a ver, no *corpus* de Helena, com a dominância do **rabisco** e, no *corpus* de Emanuel, com a dominância das **relações fala-escrita/escrita-leitura**; e se, na segunda macro-operação, as relações locutor-alocutário/alocução-mundo dão-se a ver, no *corpus* de Helena, com a dominância do **ícone** tanto na simulação de leitura quanto na produção gráfica e, no *corpus* de Emanuel, com a dominância das **relações pessoa-espaço-tempo**; nesta terceira macro-operação, a relação língua-locutor dá-se a ver, no *corpus* de Helena, com a dominância da **letra** e, no *corpus* de Emanuel, com a dominância das **relações contínuo-discreto**.

4. Grandes questões do campo da aquisição da escrita revisitadas

Os estudos de aquisição da linguagem, em geral, e os estudos de aquisição da escrita, em particular, não são marcados por reflexões teóricas de conjunto, a saber, por reflexões que, mais do que a descrição de produtos, persigam a explicação de processos caracterizáveis não somente em suas manifestações, mas igualmente em sua natureza (OLIVEIRA, 2023a).

Um sintoma desse quadro é a ausência de *teorizações* – no sentido forte do termo, vale dizer, no sentido de *problematizações* e de *proposições teóricas* – acerca do que Scarpa (2009, p. 199) chama de “questões fundantes da Aquisição da Linguagem”, como as relações “entre o inato e o adquirido, entre o biológico e o simbólico, entre o linguístico e o extra-linguístico, entre o sujeito (aprendiz?) e o objeto (a ser aprendido?)”. Tal ausência é ainda mais acentuada dentre os estudos desse campo que se voltam para a aquisição da escrita, cujas preocupações têm se concentrado na descrição da escrita infantil e nos desafios atinentes ao seu ensino-aprendizagem em contexto escolar. Poucos são os trabalhos – especialmente no Brasil – que teorizam a propósito de problemas de fundo ligados à escrita em estado nascente.

Buscando contribuir com a modificação de um tal cenário, esforcei-me para, com base no percurso teórico-metodológico-analítico relatado nas seções anteriores, responder àquelas que considero as grandes questões do campo da aquisição da escrita. Embora não sejam teorizadas por diferentes perspectivas como mereceriam, tais questões são fundantes desse campo, incidindo em todos os seus estudos, em maior ou menor grau, mais ou menos explicitamente.

Nesta seção, apresento as respostas que, à luz da perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita, formulei a tais questões: inicialmente, respondo à **questão da relação fala-escrita** (4.1.); posteriormente, respondo à **questão do inato e do adquirido** (4.2.); em seguida, respondo à **questão da representação** (4.3.); na sequência, respondo à **questão da consciência metalinguística** (4.4.); por fim, respondo à **questão da mudança** (4.5.).

4.1. A questão da relação fala-escrita

A fala e a escrita são noções que, a partir da teoria da linguagem benvenistiana, podem ser definidas em termos semiológicos e enunciativos.

Semiologicamente, a fala e a escrita são **formas de realização de um mesmo e único sistema de signos, o sistema linguístico, sendo mutuamente conversíveis e revezáveis**. Tais conversibilidade e revezamento se devem ao fato de elas terem um número equivalente de unidades de base (fonemas e grafemas). Repertoriáveis e combináveis, essas unidades são em número limitado, porém admitem ilimitadas possibilidades combinatórias. Devido ao fato de as unidades grafemáticas retomarem e retransmitirem as unidades fonemáticas em uma substância semiológica outra (a substância gráfica), pode-se produzir as mesmas relações de significação via fala e via escrita.

Enunciativamente, a fala e a escrita são **atos de conversão do sistema linguístico em discurso e de estabelecimento das relações intersubjetivas e referenciais**. Ambas, a enunciação falada e a enunciação escrita, desdobram uma rede complexa de relações pessoa-espaco-tempo que inserem o locutor em seu discurso como sujeito e na sociedade como participante. Se tal rede relacional apresenta, em cada um desses dois atos enunciativos, especificidades em termos de configurações pessoais, espaciais e temporais, em ambos os atos, é de um funcionamento intersubjetivo e referencial do discurso que se trata, funcionamento sem o qual não há possibilidade nem de humanidade nem de sociedade.

Nessa concepção de fala, de escrita e da relação entre elas, não cabem, pois, formulações como “a fala e a escrita são dois distintos sistemas de comunicação verbal”, “a fala pertence à esfera da linguagem/língua e a escrita, a uma esfera fora da linguagem/língua”, tampouco termos como *linguagem/língua/modalidade oral/falada* e *linguagem/língua/modalidade escrita*. Faculdade simbólica, a linguagem manifesta-se na língua enquanto idioma histórico, sistema semiológico e atividade discursiva que realiza o sistema vocalmente (via fala) e graficamente (via escrita).

4.2. A questão do inato e do adquirido

A questão do inato e do adquirido na aquisição da escrita está intimamente vinculada à querela continuidade/descontinuidade entre fala, escrita e suas respectivas aquisições/aprendizagens. A esse respeito, proponho que há, simultaneamente, descontinuidade e continuidade na relação fala-escrita: há descontinuidade no âmbito dos caracteres externos/empíricos da língua; há continuidade no âmbito de seus caracteres internos/semiológicos.

No âmbito dos caracteres externos/empíricos, a descontinuidade se dá no modo operatório (devido à substituição da relação voz/boca-orelha pela relação mão-olho e às demais diferenças biológicas entre fala e escrita) e no domínio de validade (devido à existência de sociedades com escritas e de sociedades sem escritas e às demais diferenças sociais entre fala e escrita, inclusive as desigualdades relacionadas a elas no interior de uma mesma sociedade).

No âmbito dos caracteres internos/semiológicos, a continuidade se dá na natureza e no número de signos (devido à retomada e à retransmissão, pela escrita, tanto da natureza articulada e significativa quanto do repertório limitado de unidades da fala) e no tipo de funcionamento (devido à conservação – ainda que com reconfiguração –, pelo discurso escrito, do funcionamento intersubjetivo e referencial do discurso falado).

A continuidade fala-escrita é assegurada pelo duplo modo de significância comum a ambas, o modo semiótico ou sistêmico (significância dos signos) e o modo semântico ou discursivo (significância da enunciação). Esse duplo modo é o que possibilita a remodelagem, pela escrita como realização gráfica da língua, dos caracteres distintivos da fala como realização vocal da língua. Tal continuidade semiológica autoriza um distanciamento tanto de uma posição continuísta *naïve* – segundo a qual a fala e a escrita são ambas naturalmente adquiridas em função da necessidade de uma comunicação instrumental e transparente – quanto de uma posição descontinuísta que, embora mais sofisticada em seus argumentos filogenéticos, sociogenéticos e ontogenéticos, insiste no hiato entre a fala como dotação biológica e a escrita como invenção cultural, acentuando as suas discontinuidades em termos de caracteres externos/empíricos (as quais existem e não são desprezíveis), em detrimento das suas continuidades em termos de caracteres internos/semiológicos.

Por conceber a trajetória de vir a ser falante/escrevente como um ato de enunciação, quer dizer, como um ato de instauração tanto da criança na língua (enquanto sistema e discurso) e em seu universo social e cultural quanto língua e de seu universo social e cultural na criança (enquanto falante e escrevente), é que concebo tal trajetória como da ordem do adquirido e não do inato. Não há, pois, duas línguas, uma falada – que seria natural – e outra escrita – que seria artificial –, mas uma só e mesma língua, que comporta as unidades repertoriáveis e combináveis tanto da/na fala quanto da/na escrita.

Nessa concepção de aquisição da escrita, não cabem, pois, formulações como “a fala é adquirida espontaneamente e a escrita é aprendida formalmente”, “a criança nasce preparada para falar, mas não para escrever”, “a escrita é uma tecnologia”. No vir a ser escrevente, a criança não adquire uma outra língua, uma “língua escrita”, tampouco um instrumento tecnológico, mas sim uma outra forma semiológica de realização de sua língua materna.

4.3. A questão da representação

Na passagem do rabisco e do ícone à letra, opera não só a representação fala-escrita enquanto autosemiotização da língua (objetivação formal da substância linguística na retomada/retransmissão, pela escrita, dos signos da fala), mas também a representação língua-realidade enquanto autorreferência da enunciação (relação entre língua e realidade estabelecida pelo locutor como falante-escrevente de sua língua materna e como participante da sociedade que fala-escreve essa língua).

Essas duas acepções de *representação* – uma mais semiológica e outra mais enunciativa – distanciam-se da tradição filosófica clássica, marcada pelas teorias representacionistas e pelas teorias

do reflexo, que concebem a língua como nomenclatura de objetos e de ideias preexistentes e a escrita, como espelho que reflete a fala.

Assim como a representação enquanto autorreferência não é uma relação especular entre o mundo e o discurso (visto este não ser um decalque daquele, pois tanto é por ele provocado quanto o configura), a representação enquanto autossemitização não é uma relação especular entre a fala e a escrita (visto esta não ser um decalque daquela, pois são ambas realizações da língua, com semelhanças, sim, mas também com diferenças).

Nessa concepção de representação¹¹, não cabem, pois, formulações como “a língua reflete a realidade”, “a escrita reflete a fala”, “a escrita é uma transcodificação da fala”. Por certo, os vínculos tanto entre o linguístico e o real quanto entre o falado e o escrito existem, porém são da ordem não da transparência e sim da opacidade e da reflexividade semiológico-enunciativas. Não sendo a fala e a escrita códigos, mas realizações do sistema linguístico, a relação entre elas define-se em termos não de transcodificação (passagem de um código a outro) e sim de autossemitização (retorno da língua sobre si própria ao objetivar formalmente sua substância fônica e audível em substância gráfica e visível).

4.4. A questão da consciência metalinguística

Segundo a literatura cognitivista, haveria, entre a dita “consciência metalinguística” (especialmente, a “consciência fonêmica”) e a aquisição da escrita, uma relação não unidirecional, mas recíproca, pois, ao interagirem entre si, uma influenciaria a outra no desenvolvimento da escrita como objeto de conhecimento e da criança como sujeito cognoscente que sobre esse objeto atuaria. A essa hipótese de reciprocidade, subjaz uma crença que, em uma perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita, não parece possível sustentar: a crença em uma simetria entre a cognição e a língua, que não raro pende para a crença em uma assimetria entre esses dois polos na qual o cognitivo tem primazia sobre o linguístico.

Em vez de “consciência metalinguística” na aquisição da escrita, o que defendo, a partir de Benveniste, é uma **sensibilidade locutória**, concebida em termos de efeito da ação da língua enquanto sistema de signos e discurso escrito que remodela semiologicamente esse sistema sobre a criança enquanto locutor (escrevente e leitor) de sua língua materna e participante da sociedade desta. Logo, a “análise linguística” pelo locutor realizada (quando, por exemplo, procede à dissociação de uma unidade linguística em seus constituintes formais, como a dissociação da palavra em sílabas e da sílaba em fonemas/grafemas) não é uma atividade metalinguística intencional e deliberada, engendrada por uma atividade cognitiva que, interior ao locutor e anterior à sua constituição enquanto

¹¹ A noção benvenistiana de *representação* se distancia de perspectivas filosóficas e psicológicas. Para mais informações sobre tal noção e sua incidência na teorização de Benveniste acerca das relações língua-realidade e fala-escrita, ver Oliveira (2023a).

sujeito da enunciação em cada *aqui-agora*, regularia “de dentro” a pretensa manipulação que, “de fora”, ele faria da língua.

Na perspectiva aqui proposta, a atividade metalinguística (saliento: *atividade* e não *consciência*), é concebida como atualização não de uma atividade cognitiva, mas da **propriedade de autointerpretância da língua** (autorreferência e autosemiotização)¹². Tal atualização ocorre quando o locutor enuncia proposições significantes sobre a significância, vale dizer, quando fala *da* língua com a língua, a qual se volta sobre si mesma em uma descrição de si própria em seus próprios termos. Dessa maneira, a relação de autointerpretância (que é semiológica) inverte a relação atividade cognitiva-atividade metalinguística (que é psicológica), situando a língua como causa de haver, sobre ela própria, todo e qualquer movimento *sui-reflexivo*. Nos casos em que não há verbalização de comentários metalinguísticos, embora não se possa falar de atividade metalinguística em termos de enunciação de proposições significantes sobre a significância, pode-se, ainda, falar de uma sensibilidade locutória em termos de ação da criança quer sobre a estrutura formal, quer sobre o funcionamento discursivo da língua em sua realização gráfica.

Nessa concepção de sensibilidade locutória, não cabem, pois, formulações como “a criança reflete conscientemente sobre a língua”, “a criança manipula intencionalmente a língua”, “a criança elabora hipóteses como um pequeno linguista”. Se há uma ação da criança *sobre* a língua, essa ação não é senão um efeito do fato de a criança estar *sob* o efeito da ação da própria língua, sendo a língua que faculta ao locutor dela falar e sobre ela retornar, em um movimento definível em termos não de reflexão metacognitiva, mas de reflexividade semiológico-enunciativa.

4.5. A questão da mudança

As três macro-operações semiológico-enunciativas de aquisição da escrita não são por mim vistas como estágios. Isso porque tais macro-operações não supõem um processo de desenvolvimento no qual se sucederiam uma à outra em uma sequência ordenada e linear de aprendizagem da escrita enquanto objeto cognoscente pela criança enquanto sujeito epistêmico, que formularia hipóteses conceituais sobre esse objeto. Uma tal concepção desenvolvimentista é barrada por qualquer teoria linguística que considere a língua como ordem própria, como sistema que, por conter unidades que são efeitos de relações, não admite uma visão atomística, de parcelamentos em partes a serem construídas por uma cognição supostamente anterior a essa construção e dela determinante. Entre as três macro-operações, a relação não é de superação cronológica, mas de **anterioridade lógica**, de **dominância** e de **obliteração**¹³.

¹² Para uma discussão sobre a noção benvenistiana de *autointerpretância* e sua relação com as noções de *autorreferência* e de *autosemiotização*, ver Oliveira (2022).

¹³ A noção de *anterioridade lógica* tomo emprestada de Silva (2009), que caracteriza três macro-operações enunciativas de aquisição da língua em sua realização vocal. Já as noções de *dominância* e de *obliteração* tomo emprestadas de De Lemos (2006), que caracteriza três posições estruturantes da trajetória de *infans* a falante.

A operação de deslocamento de lugar enunciativo é condição da operação de desdobramento do funcionamento do discurso escrito e da operação de discretização do aparelho formal da enunciação escrita. Há, entre a primeira operação e as duas outras, uma anterioridade lógica, na medida em que a criança necessita **deslocar-se** dos lugares (co)enunciativos de falante e de ouvinte para os lugares (co)enunciativos de escrevente e de leitor, a fim de que possa produzir discursos escritos que sejam tanto **desdobráveis** em seu funcionamento intersubjetivo e referencial quanto **discretizáveis** em seus níveis e em suas unidades.

Entretanto, se é verdade que a inserção da criança na estrutura enunciativa e na estrutura semiológica da língua em sua realização gráfica (primeira macro-operação) é condição necessária do mergulho da criança nessas duas estruturas (segunda e terceira macro-operações), tal necessidade é lógica e não cronológica. Afinal, embora a primeira operação se dê a ver, mais nitidamente, nos primeiros contatos da criança com a escrita e com a leitura, ela é atualizada a cada vez que a criança escreve e lê ou tenta fazê-lo. Não se trata, então, de um estágio ao qual, uma vez superado, a criança não mais voltaria, porque acederia a estágios cronológicos subsequentes, em um processo teleológico de desenvolvimento.

Se a operação de deslocamento é atualizada a cada preenchimento, por parte da criança, dos lugares (co)enunciativos de escrevente e de leitor, isso significa que ela está presente mesmo na atualização da segunda e da terceira operações. Tal presença é apenas obliterada pela dominância de uma das outras duas operações. Aliás, se se pode dizer que, em um momento inicial do percurso da criança pela escrita, as operações de desdobramento e de discretização não se presentificam, a partir de um dado ponto desse percurso, quando a letra começa a se impor ao rabisco e ao ícone, todas as três operações passam a comparecer juntas, sendo duas delas somente eclipsadas quando uma está dominando seja em um momento cronológico dado, seja em uma situação dada, seja em um instante de uma situação dada – pois, em uma mesma alocação, a dominância pode se deslocar de uma operação à outra.

Além da dominância que uma macro-operação pode ter sobre as outras duas, cada uma das três, em seu interior, pode apresentar dominâncias diferentes em diferentes momentos da relação da criança com a língua em sua realização gráfica. De fato, a análise, no âmbito de cada macro-operação, de micro-operações de Helena e de Emanuel, em distintos períodos cronológicos de suas trajetórias iniciais pela escrita, mostra, no *corpus* de HEL, a dominância do rabisco na primeira macro-operação, a dominância do ícone na segunda macro-operação e a dominância da letra na terceira macro-operação; e, no *corpus* de EMA, a dominância das relações fala-escuta/escrita-leitura na primeira macro-operação, a dominância das relações pessoa-espaco-tempo na segunda macro-operação e a dominância das relações contínuo-discreto na terceira macro-operação.

Inspirado por De Lemos (2002, p. 17) – que, a partir de sua proposta filiada a Saussure, a Jakobson e a Lacan, qualifica a mudança no vir a ser falante como “mudança de posição em uma estrutura” –, a partir de minha proposta filiada a Benveniste, qualifico a mudança no vir a ser escrevente como **mudança de configuração em uma relação**. Trata-se de mudanças configuracionais que incidem

- (i) na **relação locutor-língua** (a passagem dos lugares de falante e de ouvinte aos lugares de escrevente e de leitor – passagem regida pelo mecanismo da [inter]subjetividade);
- (ii) nas **relações locutor-alocutário/alocução-mundo** (de um lado, a passagem da enunciação escrita sem implantação de alocutário explícito à enunciação escrita com explicitação de alocutário; de outro lado, a passagem do *aqui- agora* da alocução falada à complexa rede de relações espaço-temporais da alocução escrita – passagens regidas pelo mecanismo do duplo funcionamento discursivo);
- (iii) na **relação língua-locutor** (a passagem do reconhecimento *da* à ação *sobre* a escrita como um todo constituído de partes – passagem regida pelo mecanismo da autosemiotização da língua).

Caracterizando essa **natureza relacional da mudança**, penso responder a uma das grandes questões do campo da aquisição da escrita: a questão sobre como a criança passa da condição de *homo loquens* à condição de *homo loquens scriptor*, condição locutória que subsume tanto a possibilidade propriamente dita de enunciar por escrito (o ato enunciativo de escrever) quanto a possibilidade de se enunciar no interior da escrita do outro ou da sua própria (o ato coenunciativo de ler).

Nessa concepção de mudança, não cabem, pois, formulações como “a criança desenvolve a escrita em estágios sucessivos”, “a criança vai acumulando e construindo conhecimento sobre a escrita”, “o desenvolvimento da escrita parte de hipóteses mais simples para hipóteses mais complexas”. De natureza relacional, a mudança na aquisição da escrita é consequente a reconfigurações de relações semiológico-enunciativas que vinculam a criança enquanto locutor (*eu*) não a um objeto de conhecimento, mas à alteridade com o outro da alocução (*tu*), com o **outro** da língua enquanto sistema e discurso (*ele*) e com o **outro** da cultura enquanto universo pela língua tornado *significante (ELE)*.

Conclusão

Na contramão de um imperialismo linguístico que faz do inglês a “língua franca da ciência”, silenciando outras línguas e o conhecimento nelas produzido, relatei, neste artigo – redigido em língua portuguesa –, os principais resultados de minha pesquisa de doutoramento. Trata-se de um estudo que, realizado no Sul Global, buscou formular um novo discurso teórico sobre a aquisição da escrita. Esse novo discurso não se pretende uma teoria unitária acerca de tal fenômeno, com ambição universalizante, alheia à diversidade das línguas e das culturas. Pretende-se, isto sim, uma teorização centrada em aspectos comuns a línguas de escrita alfabética como o português brasileiro e a sociedades ocidentais contemporâneas como a sociedade brasileira – língua e sociedade das crianças que participaram do trabalho aqui reportado.

Em termos de **contribuições** desta investigação, espero contribuir com os estudos de aquisição da linguagem, em geral, e com os estudos de aquisição da escrita, em particular, ao nestes introduzir

uma nova proposta de entendimento da relação inicial da criança com a língua em sua realização gráfica. Espero, também, contribuir com os estudos aquisicionais de orientação benvenistiana, ao nestes introduzir a aquisição da escrita como objeto de estudo.

Em termos de **desdobramentos** desta investigação, um horizonte de pesquisa que vislumbro como próximo é o aprofundamento da questão da mudança na aquisição da escrita e da natureza relacional que atribuí a tal mudança. Além disso, outros temas descortinam toda uma agenda de pesquisa possível a partir da proposta aqui introduzida: pode-se investigar, por exemplo, a aquisição da escrita por adultos em língua materna e em língua estrangeira, a aquisição da escrita por surdos, a aquisição da escrita por crianças bilíngues e multilíngues, a aquisição da escrita por crianças sintomáticas, dentre outros fenômenos.

Em entrevista a Carmem Luci da Costa Silva e a Luiza Milano, Aya Ono – especialista na obra de Émile Benveniste – esclarece as dificuldades de se ler a obra benvenistiana e a necessidade de se superar tais dificuldades a fim de, a partir dessas leituras, poder-se avançar:

Para um linguista que faz seu trabalho de análise das línguas e da linguagem e que tenta desenvolver seus estudos usando termos de Benveniste, há, certamente, uma forte tensão entre a necessidade de definir claramente os termos de trabalho e a oportunidade de ler os termos de Benveniste na condição de noções em construção. No entanto, essa é uma tensão que se deve superar, uma hesitação de onde nascem tentativas de uma nova linguística. (ONO, 2014, p. 259).

Todos os esforços de minha tese convergiram no sentido de fazer nascer não uma nova linguística, mas uma nova perspectiva de estudo de um fenômeno de linguagem: uma perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita.

Informações complementares

Avaliação e resposta dos autores

Avaliação: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v23i2.2225.R>

Editoras

Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante

Afiliação: Universidade Federal da Paraíba

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1409-7475>

Alessandra Del Ré

Afiliação: Universidade Estadual Paulista

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6740-9631>

Christelle Dodane

Afiliação: Universidade Sorbonne Nouvelle - Paris III

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3733-1263>

RODADAS DE AVALIAÇÃO

Avaliador 1: Evangelina Maria Brito de Faria

Afiliação: Universidade Federal da Paraíba

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2114-1913>

Avaliador 2: Suzana Rosa de Almeida

Afiliação: Universidade Federal de São Paulo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7735-2384>

AVALIADOR 1

O título reflete adequadamente a proposta desenvolvida no texto e nas conclusões apresentadas. O resumo apresenta objetivo, relevância temática, metodologia e os resultados finais, que pretendem responder às grandes questões do campo: a questão da relação fala-escrita, a questão do inato e do adquirido, a questão da representação, a questão da consciência metalinguística e a questão da mudança. O resumo é sucinto, claro e compreensível. A introdução retoma o objetivo do resumo e exhibe as orientações que serão discutidas no desenvolvimento do artigo e direcionadas para as conclusões. O tópico teórico explicita as conceitualizações dos termos empregados para uma maior clareza terminológica, que ajuda na compreensibilidade da discussão temática. A metodologia desenvolvida no trabalho é apropriada para a discussão a que se propõe e a seleção de amostragem está adequada, composta de dados de duas crianças falantes monolíngues do português brasileiro, de natureza tanto gráfica quanto audiovisual, para observar o produto (o enunciado “escrito” e “lido”) e o processo (a produção de “escrita” e de “leitura”, que igualmente implica a produção de fala e de escuta sobre esse “escrever” e sobre esse “ler”). O material proveniente da coleta inclui registros fílmicos (gravações em áudio e em vídeo) e registros escritos (produções gráficas variadas – rabiscos, desenhos, estorinhas, relatos, convites, bilhetes, cartinhas, rimas). As análises são coerentes, fortemente agregadas ao corpus constituído e conceitualmente discutidas sob a teoria apresentada. Em termos de **contribuições** ressalta-se a introdução uma nova proposta de entendimento da relação inicial da criança com a língua em sua realização gráfica, assim especificada: **da relação fala-escrita** (4.1.); **do inato e do adquirido** (4.2.); **da representação** (4.3.); **da consciência metalinguística** (4.4.); **da mudança** (4.5.). São contribuições importantes que respondem a dúvidas existentes na pesquisa, até então, sobre aquisição de escrita e a indagações cotidianas de salas de aula de muitas escolas

brasileiras. Há, também, um acréscimo com os estudos aquisicionais de orientação benvenistiana, ao colocar a aquisição da escrita como objeto de estudo. A interpretação dos dados aponta para uma nova maneira de observar a aquisição de escrita. Um artigo inovador, que traz elementos reveladores da entrada da criança na escrita.

AVALIADOR 2

Em relação aos pontos fortes, a temática abordada é de grande relevância nos processos formativos dos campos da linguística e da educação no que tange as relações entre a aquisição da linguagem e a aquisição da escrita. Dito isso, a reflexão é muito pertinente na medida em que amplia a compreensão sobre a importância da análise sobre a aquisição da escrita pautada no caráter processual e dinâmico. Sobre a fundamentação teórica, o artigo apresenta uma contextualização teórica com argumentos significativos sobre o fenômeno abordado. Do ponto de vista metodológico, a análise integra dados interessantes e uma abordagem qualitativa. Em relação aos pontos fracos, é necessário a revisão de alguns aspectos apontados no próprio texto pela avaliadora.

Conflito de Interesse

O autor não tem conflitos de interesse a declarar.

Declaração de Disponibilidade de Dados (obrigatório)

Os dados, os códigos e os materiais que suportam os resultados deste estudo estão disponíveis apenas para consulta no LUME – *Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, através do link <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/257970/stats>, mas não podem ser reutilizados sem autorização prévia do pesquisador, o qual foi o único a obter autorização – tanto dos responsáveis legais dos participantes da pesquisa quanto das instâncias institucionais de ética em pesquisa – para utilizar os dados em questão.

Ética

A presente pesquisa foi aprovada, quanto aos seus aspectos éticos e metodológicos, pela Comissão de Pesquisa em Letras (COMPESQ) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), credenciado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Essa aprovação (Parecer Consubstanciado CAEE 11394419.5.0000.5347) inclui a veiculação do nome próprio – em virtude da primazia deste na aquisição da escrita – das crianças participantes da pesquisa.

Fontes de financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, S. Introduction. In: AUROUX, Sylvain (Org.). *Histoire des idées linguistiques*. Tome 1 – Naissances de métalangages. Liège : Pierre Mardaga, 1989.
- BATISTA, Ronaldo. *A linguística brasileira: percursos históricos*. 1. ed. São Paulo: Editora Mackenzie, 2023.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1966].
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1974].
- BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [1968–1969/2012].
- CHACON, Lourenço. Características linguístico-discursivas da escrita: um olhar para a escrita infantil. In: VIEIRA, Alessandra Jacqueline; DEL RÉ, Alessandra; HILÁRIO, Rosângela Nogarini (Orgs.). “E por falar em linguagem da criança...”. Porto Alegre: Editora Zouk, 2023. p. 44-58. Disponível em: <https://www.editorazouk.com.br/pd-954ead--e-book-e-por-falar-em-linguagem-da-crianca.html?ct=&p=1&s=1>. Acesso em: 28 out. 2023.
- CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- COSERIU, Eugenio. Perspectivas gerais. In: NARO, Anthony (Org.). *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976 [1968], p. 11-44.
- DE LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 42, p. 41-69, jan./jun., 2002. DOI <https://doi.org/10.20396/cel.v42i0.8637140>.
- DE LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães. Uma crítica (radical) à noção de desenvolvimento na aquisição de linguagem. In: LIER-DEVITTO, Maria Francisca; ARANTES, Lúcia (Orgs.). *Aquisição, patologias e clínica de linguagem*. São Paulo: EDUC, 2006, p. 21-32.
- FLORES, Valdir do Nascimento. Sujeito da enunciação: singularidade que advém da sintaxe da enunciação. *D.E.L.T.A.*, v. 29, n. 1, p. 95-120, 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/delta.v29i1.8623>.
- FLORES, Valdir do Nascimento. *Problemas gerais de linguística*. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- FRANCHI, Carlos. Linguagem – atividade constitutiva. In: FRANCHI, Eglê; FIORIN, José Luiz (Orgs.). *Linguagem: atividade constitutiva: teoria e poesia*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- LAPLANTINE, Chloé. Faire entendre Benveniste. *Acta fabula*, v. 14, n. 7, p. 1-10, out. 2013. DOI: <https://doi.org/10.58282/acta.7280>
- LEMOS, Maria Thereza Guimarães de. *A língua que me falta: uma análise dos estudos em aquisição de linguagem*. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2002.

MARRA, Daniel. Os níveis da linguagem: a teoria linguística de Eugenio Coseriu. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 67, p. 1-24, 2023. DOI <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e16674>.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. Da referência mostrada à referência constituída: a inserção da criança na língua e na cultura. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 62, n. 00, p. 1-22, 2020. DOI <https://doi.org/10.20396/cel.v62i0.8655640>.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. *Do homo loquens ao homo loquens scriptor: por uma perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita*. 2022. 428 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/257970>. Acesso em: 28 out. 2023.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes (2023a). Da autosemiotização à autorreferência: o problema da representação em uma perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita. *Organon*, Porto Alegre, v. 38, n. 76, p. 1-22, 2023. DOI <https://doi.org/10.22456/2238-8915.135075>.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes (2023b). A constituição da subjetividade e da socialidade na aquisição da escrita. In: DIEDRICH, Marlete Sandra; OLIVEIRA, Giovane Fernandes; DEL RÉ, Alessandra (Orgs.). *Língua, discurso e suas relações na aquisição da linguagem*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, 149-198. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/lingua-discurso-e-suas-relacoes-na-aquisicao-da-linguagem/>. Acesso em: 23 dez. 2023.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes; SILVA, Carmem Luci da Costa. O que os estudos sobre a aquisição devem a Benveniste. *Eutomia*, Recife, v. 1, n. 33, p. 153-184, jun. 2023. DOI <https://doi.org/10.51359/1982-6850.2023.258892>.

ONO, Aya; SILVA, Carmem Luci da Costa; MILANO, Luiza. Sobre as relações entre a linguagem e o homem: caminhos de leitura em Émile Benveniste. *Calidoscópio*, v. 12, n. 2, p. 255-260, mai.-ago. 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2014.122.13>. Acesso em: 28 out. 2023.

SCARPA, Ester Mirian. O lugar da holófrase nos estudos de aquisição da linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 51, n. 2, p. 187-200, jul./dez. 2009. DOI <https://doi.org/10.20396/cel.v51i2.8637211>.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

SILVA, Carmem Luci da Costa; OLIVEIRA, Giovane Fernandes; DIEDRICH, Marlete Sandra. A teoria da linguagem de Émile Benveniste: uma abertura para os estudos em aquisição da linguagem. *Fragmentum*, Santa Maria, n. 56, p. 259-280, jul./dez. 2020. DOI <https://doi.org/10.5902/2179219447445>.